



DEMOCRACIA EM MOVIMENTO

Com 91 % dos votos, a chapa "Democracia em Movimento" foi eleita e estará à frente da diretoria da APROFURG nos próximos 2 anos. No ANDES-SN, a chapa 2 "Renova Andes" venceu a disputa em Rio Grande

PÁGINAS 4 E 5

**TAMBÉM
NESTA
EDIÇÃO:**

EDITORIAL

NOTA DE REPÚDIO A AÇÃO
DO PODER JUDICIÁRIO NO
CASO DE LULA

PÁGINA 2

DESEMPREGO

Segundo IBGE, cerca de 28
milhões de pessoas estão
desempregadas no Brasil

PÁGINA 3

JURÍDICO

A falta de requerimento
administrativo não é motivo
suficiente para impedir a
progressão na carreira

PÁGINA 8

NOTA DE REPÚDIO A AÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO CASO DE LULA

O ANDES-SN tem denunciado, em diversas instâncias, as ações seletivas do poder judiciário brasileiro que segue atuando em favor das elites de modo cada vez mais intensificado, cedendo às pressões da imprensa, e de determinados partidos políticos da ordem. O Poder Judiciário tem sido um braço forte, em conjunto com as forças repressivas, no combate aos direitos democráticos e aos direitos sociais conquistados por nossa classe.

As bases deste sindicato já aprovaram, no 62º Conad de 2017 (Niterói), e em seu 37º Congresso (Salvador), e em acompanhamento à indicação da Diretoria Nacional, posicionamentos firmes e contrários à seletividade da justiça no que diz respeito à condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras ações contrárias à classe trabalhadora.

Agora, mais uma vez, é necessário posicionar-se! No mesmo momento em que há inaceitável intervenção militar no Rio de Janeiro, reforçada pela posição do general Villas Bôas que insinuou o uso das forças armadas na luta contra a "impunidade" no Brasil, acontece a rejeição, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), do habeas corpus impetrado pelos advogados de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esta decisão do STF não apenas viola uma das "cláusulas pétreas" da Constituição Federal (a presunção de inocência), mas chancela um insidioso processo de judicialização da política e politização do judiciário.

Como consequência imediata, autorizou a continuidade da ação seletiva da justiça que, de forma célere e espetaculosa, decretou a prisão do ex-presidente até às 17h do dia 06 de abril. Trata-se de mais um caso de desrespeito dos já restritos limites de liberdade existentes dentro da democracia burguesa.

Esta conduta do judiciário corrobora com o clima de terror que se tenta imprimir no cotidiano dos cidadãos e na vida nacional. É este o caso, por exemplo, do Projeto de Lei de autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) que

pretende tipificar movimentos sociais como o MTST e o MST como organizações criminosas. Compõem o mesmo clima de rompimento da democracia as ameaças proferidas por personalidades do alto comando das Forças Armadas e as manifestações de ódio contra militantes e movimentos sociais, inclusive o atentado contra a caravana do ex-presidente Lula no Paraná, no último dia 27 de março.

A intervenção militar no Rio de Janeiro, por seu turno, expressa uma alternativa do poder de Estado que lança mão do seu braço armado para oprimir comunidades, a pretexto de coibir a violência. A execução da vereadora do PSOL, Marielle Franco, e de seu motorista, Anderson Pedro Gomes, na noite de 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, comprova a falaciosa missão anti-violência da intervenção e expressa a odiosa face do crime com motivação política. Estas ações trazem graves repercussões para entidades que realizam a luta classista em todo o país e representam mais um passo do recrudescimento do conservadorismo presente na sociedade brasileira.

A diretoria do ANDES-SN, reforçando o posicionamento histórico deste sindicato, considera inaceitável a retirada de direitos e garantias conquistadas com muita luta pelos movimentos sociais ao longo da história recente brasileira.

Conclamamos que as seções sindicais e seus filiados reforcem as lutas e os atos que tenham por objeto a defesa dos direitos democráticos na direção de ampliar a construção da unidade na luta que sempre defendemos!

É necessário não sair das ruas, e mais uma vez o ANDES-SN cumprirá seu papel de luta!

NENHUM DIREITO A MENOS!

Brasília (DF), 5 de abril de 2018.

Direção Nacional do ANDES-SN

MÊS DA SAÚDE É MARCADO POR MANIFESTAÇÕES EM DEFESA DO SUS



A intensificação dos ataques à saúde pública nos últimos anos e a atuação de grandes grupos econômicos, dentro e fora do governo, para acabar com o Sistema Único de Saúde (SUS) acendeu um sinal de alerta neste mês de abril, considerado o mês da Saúde, em decorrência do dia 7 de abril, Dia Mundial da Saúde.

A Federação Brasileira de Planos de Saúde (FBPS) realizou no último dia 10 de abril, em Brasília (DF), o 1º Fórum Brasil - Agenda Saúde, com o tema "a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde", que contou com a participação do Ministério da Saúde. No encontro, foi proposto um modelo de planos populares privados de saúde, que seriam "acessíveis" a população mais pobre do país. Cerca de 70% dos brasileiros não possuem plano de saúde particular, segundo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e 71,1% da população foram a estabelecimentos públicos de saúde para serem atendidos, em 2015, segundo o IBGE.

"A proposta dos planos populares é um engodo, pois os planos farão apenas o atendimento ambulatorial, fragmentando o atendimento, e ignorando o atendimento de média e alta complexidade, consequentemente, os usuários terão que recorrer ao SUS e ficarão desassistidos", explicou a professora Maria Inês Souza Bravo, representante da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) - composta por fóruns de saúde e entidades, entre elas, o ANDES-SN -, criada em 2010 para questionar e lutar contra a privatização da saúde pública, que ocorre desde a década de 1990.

Segundo a representante do FNCPS, desde a criação do SUS em 1988 - fruto de muita luta dos movimentos sociais, entidades e profissionais da saúde -, há um apelo pela sua implementação efetiva e para a realização da reforma sanitária.

"Vimos cada vez mais, em governos anteriores, o crescimento des-

sa privatização não clássica, com as Organizações Sociais (OS), a Ebsers. E com o governo ilegítimo do Temer, os ataques se aprofundaram e a articulação com o setor privado e os subsídios aos planos de saúde privados, também, se ampliaram. Além de mudanças políticas, por exemplo, como a de atenção básica, que está sendo modificada sem passar pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), ou a política de Saúde Mental", explica.

A coordenadora do FNCPS cita como perigosa outra articulação feita por 33 operadoras de planos de saúde, desde 2015, que culminou no lançamento em 2017 de um documento chamado "Coalizão Brasil" - uma proposta de saúde para o Brasil. "Entre as propostas estavam à ampliação da privatização, com o questionamento da gestão direta da administração pública, ataques ao Regime Jurídico Único e aos concursos públicos, defesa de modelos privatizantes não clássicos, como as Organizações Sociais (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), Ebsers, e a redução da participação popular, acabando com o CNS e criando o conselho de saúde suplementar, que seria formado por pessoas indicadas pelo governo", alertou Maria Inês.

LUTAS

Nos últimos meses, os 21 fóruns estaduais que compõem a FNCPS tem se articulado para realizar diversas manifestações pelo país contra o desmonte da saúde pública. A última reunião, realizada na capital federal, nos dias 14 e 15 de abril, reuniu 17 representações dos fóruns, entidades e forças políticas para debater questões organizativas da Frente, bem como a agenda de lutas para 2018. Na quarta-feira (25), na cidade do Rio de Janeiro, os manifestantes dialogaram com a população transeunte da Estação Central do Brasil, sobre a importância do SUS e os ataques a saúde pública, mote da campanha.

"Neste mês de abril, que consideramos o mês da Saúde, fizemos atos em diversas cidades do país e o próximo será em Niterói (RJ). Precisamos iniciar um diálogo com a população e mobilizá-la em defesa do SUS", ressaltou Maria Inês.

Fonte: ANDES-SN

SEGUNDO IBGE, CERCA DE 28 MILHÕES DE PESSOAS ESTÃO DESEMPREGADAS NO BRASIL

Os dados divulgados no último dia 17 de maio, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam um quadro desolador do mercado de trabalho no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), 27,7 milhões de pessoas estão desempregadas no país. É o maior índice da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.

Os dados, do primeiro trimestre de 2018, referem-se à taxa de subutilização da força de trabalho (que inclui os desempregados, os subocupados por insuficiência de horas e aqueles que desistiram de procurar emprego). Em relação ao 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação subiu em todas as regiões do país.

No caso dos chamados “desalentados”, ou seja, os trabalhadores que estão fora do mercado de trabalho e deixaram de procurar emprego por não conseguirem nenhuma oportunidade há muito tempo, o número também é recorde. Segundo o IBGE, a taxa de desalento ficou em 4,1% da força de trabalho ampliada do Brasil, a maior da série histórica. São 4,6 milhões de pessoas nessa situação.

A taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, pessoas que gostariam de trabalhar em um período maior, mas não tinham trabalho à disposição, representa 6,2 milhões de trabalhadores.

MULHERES E NEGROS(AS) NAS PIORES CONDIÇÕES

Refletindo o quadro perverso onde o machismo e o racismo ser-

vem para aumentar a exploração e a opressão sobre a classe trabalhadora, mulheres e negros(as) são maioria nessa realidade.

No primeiro trimestre de 2018, as mulheres eram maioria na população em idade de trabalhar tanto no Brasil (52,4%). Porém, o nível da ocupação dos homens, foi estimado em 63,6% e o das mulheres, em 44,5%, no primeiro trimestre de 2018. Já na população desocupada, as mulheres eram maioria (50,9%).

A taxa de desemprego dos que se declararam brancos ficou em 10,5% no 1º trimestre, abaixo da média nacional (13,1%), enquanto a dos pretos (16,0%) e a dos pardos (15,1%) ficou acima. Os pardos representavam 48,1% da população fora da força, seguidos pelos brancos (42,5%) e pelos pretos (8,4%).

RESULTADO DAS POLÍTICAS DE AJUSTE E ATAQUES

Segundo o integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela, o drama dos trabalhadores brasileiros é resultado das políticas de ajuste que os governos vêm aplicando no país.

“No recente 3º Congresso da CSP-Conlutas avaliamos essa guerra social que governos e patrões têm feito contra os trabalhadores e apontamos que o caminho é a luta. Os trabalhadores precisam lutar para mudar essa lógica. Nesse sentido, lutar por medidas como a revogação da lei da terceirização e Reforma Trabalhista, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a proibição das demis-



sões, a suspensão do pagamento da Dívida Pública, etc. Os patrões é que devem pagar pela crise que criaram”, concluiu Barela.

50 MI VIVEM NA LINHA DE POBREZA

Outro levantamento divulgado pelo IBGE também na última semana (15), o aponta que cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha da pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 — ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre.

Segundo dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 - SIS 2017, o maior índice de pobreza se dá na Região Nordeste do país, onde 43,5% da população se enquadram nessa situação e, a menor, no Sul: 12,3%. A situação é ainda mais grave se levadas em conta as estatísticas do IBGE envolvendo crianças de 0 a 14 anos de idade. No país, 42% das crianças nesta faixa etária se enquadram nestas condições e sobrevivem com apenas US\$ 5,5 por dia.

A pesquisa de indicadores sociais revela uma realidade: o Brasil é um país profundamente desigual

e a desigualdade gritante se dá em todos os níveis. Seja por diferentes regiões do país, por gênero - as mulheres ganham, em geral, bem menos que os homens mesmo exercendo as mesmas funções -, por raça e cor: os trabalhadores pretos ou pardos respondem pelo maior número de desempregados, têm menor escolaridade, ganham menos, moram mal e começam a trabalhar bem mais cedo exatamente por ter menor nível de escolaridade.

No Brasil, em 2016, a renda total apropriada pelos 10% com mais rendimentos (R\$ 6,551 mil) era 3,4 vezes maior que o total de renda apropriado pelos 40% (R\$ 401) com menos rendimentos, embora a relação variasse dependendo do estado. Entre as pessoas com os 10% menores rendimentos do país, a parcela da população de pretos ou pardos chega a 78,5%, contra 20,8% de brancos. No outro extremo, dos 10% com maiores rendimentos, pretos ou pardos respondiam por apenas 24,8%.

* Com informações da Agência Brasil
* Com edição e inclusão de informação: ANDES-SN
Fonte: CSP-Conlutas

MP 808 que alterava a Reforma Trabalhista perdeu validade nesta segunda (23)

A Medida Provisória 808/2017, editada em 14 de novembro do ano passado, perdeu a validade no dia 23 de abril. A MP trazia algumas modificações na contrarreforma Trabalhista (Lei 13.467/17). No entanto, o caráter de ataque direto aos direitos dos trabalhadores não era modificado pela medida.

As principais mudanças contidas na medida eram referentes ao contrato intermitente, ao trabalho de grávidas e lactantes em locais insalubres, jornada 12 por 36 horas, danos morais e a aplicação da Reforma aos contratos anteriores à alteração da legislação.

Contrato intermitente

A MP estabelecia que seriam necessários 18 meses para a migração de um contrato tradicional para um de caráter intermitente. Mas a regra só valeria para demissões que ocorressem até 31 de dezembro de 2020. A partir daí, seria possível demitir e

imediatamente recontratar. As novas regras vedam aos trabalhadores intermitentes o acesso ao seguro-desemprego. Estabelecem ainda que aqueles que receberem menos que um salário mínimo, no somatório de um ou mais empregadores, terão que recolher a diferença ao INSS. Caso o trabalhador não completamente a contribuição, o tempo deixará de contar para efeito de concessão de benefícios previdenciários.

Grávidas e lactantes

Pela redação aprovada com a contrarreforma, gestantes e lactantes podem trabalhar em locais de insalubridade média ou mínima, a menos que apresentassem um atestado indicando o afastamento. A MP proibia o trabalho em ambiente insalubre, mas permitia a exceção se a gestante apresentar um atestado liberando o serviço.

Jornada de 12 por 36 horas

O texto da reforma prevê que o

trabalhador negociasse diretamente com o empregador jornadas de 12h de trabalho seguidas por 36h de descanso. A MP determinou que a mudança fosse negociada por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, exigindo dessa forma a participação do sindicato. Sem a MP, essa negociação fica liberada para ser feita por empregador e funcionário, sem a participação do sindicato.

Dano moral

A reforma atrela o valor da indenização por dano moral ao salário da vítima, podendo chegar a 50 vezes o valor da última remuneração para casos gravíssimos. A MP fixou a indenização máxima a até 50 vezes o valor do teto de benefícios do INSS. Sem a MP, volta a valer o cálculo da indenização calculado pelo salário da vítima. Dessa forma, trabalhadores com renda mais baixa terão uma indenização de menor valor.

Aplicação da reforma nos contratos

A MP previa a aplicação integral da reforma trabalhista em todos os contratos, inclusive nos assinados antes da sua vigência, em novembro de 2017. Esse é um dos pontos que não estava claro no texto da lei. A dúvida agora é saber se valerá ou não para todos os pactos firmados entre empresa e funcionário desde então. No início do ano, uma comissão de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) avaliou que alguns pontos da reforma valem apenas para novos contratos de emprego. O parecer, que ainda será votado no plenário do Tribunal, é contrário ao entendimento do governo, que defende que a mudança já vale para todos os trabalhadores.

* com informações do Diap
Fonte: ANDES-SN

DEMOCRACIA EM MOVIMENTO É ELEITA PARA BIÊNIO 2018-2020

Com 91 % dos votos, a chapa “Democracia em Movimento” foi eleita e estará à frente da diretoria da APROFURG nos próximos 2 anos. No ANDES-SN, a chapa 2 “Renova Andes” venceu a disputa em Rio Grande

Na tarde do dia 11 de maio, foi realizado o escrutínio das eleições para a diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) e do ANDES-SN. No final da manhã, as urnas localizadas nos outros campus da FURG, em Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar já estavam à espera da comissão eleitoral local para realizar a apuração. Além destas três urnas, em Rio Grande, os professores sindicalizados puderam votar no Campus Carreiros, Hospital Universitário e no IFRS.

Por volta das 14h30min, os membros da Comissão, juntamente com integrantes da chapa “Democracia em Movimento”, e a atual diretoria da APROFURG realizaram o escrutínio nas dependências do prédio da Associação. Participaram da apuração o presidente da comissão eleitoral local, Anderson Lobato, além dos professores Sérgio Barcellos e Milton Paiva, que também integraram a comissão durante todo o processo.

As urnas foram abertas uma a uma e os votos válidos contabilizados, juntamente com os brancos e nulos. A apuração sempre começava pela disputa

nacional do ANDES-SN e depois seguia para a chapa local da diretoria da APROFURG. A chapa “Democracia em Movimento” obteve um total de 139 votos dos 153 computados. Já na disputa nacional, a vencedora foi a chapa 2 “Renova Andes”, com 74 votos. A chapa 1 “Andes Autônomo e de Luta” fez 65 votos.

O presidente da Comissão Eleitoral Local e professor da FURG, Anderson Lobato, explicou que as eleições transcorreram da melhor forma possível, superando todas as expectativas. “São dois processos eleitorais que ocorreram com o mais absoluto sucesso. Nós não tivemos nenhum incidente nas seis urnas distribuídas para a votação”, disse Lobato.

Além disso, o professor destacou a transparência e a imparcialidade da comissão durante todas as etapas do edital de convocação das eleições. “O processo eleitoral tem que ser todo transparente e a comissão eleitoral foi eleita pela assembleia geral e passou, a partir dali, a assumir todo o processo”, comentou Lobato. O presidente da comissão disse ainda que mais de 600 mesários se inscreveram para as seis seções eleitorais, e que não foi fácil fazer a organização e

distribuição de tantos alunos para ajudar nos dois dias de votação. “Não foi fácil organizar os mesários, mas sempre estivemos publicando as informações no site da APROFURG e nas redes sociais da Associação. E vale ressaltar que isso não seria possível sem o apoio da equipe de funcionários da APROFURG”, concluiu.

Já para o novo presidente eleito, Cristiano Ruiz Engelke, que vai tomar posse no próximo dia 06 de junho, o desafio de estar à frente de um sindicato como a APROFURG é imenso. “O grande desafio é a APROFURG voltar a fazer parte da vida de professores e professoras da FURG e do IFRS. Isso não é só uma questão de fazer eventos ou atividades culturais, isso é um ponto fundamental para reforçar o sindicato e a luta política, que é o grande objetivo e o motivo de existência da Associação”, explicou o professor.

Outro ponto salientado pelo futuro presidente da APROFURG foi a união, que segundo ele é fundamental para o fortalecimento da categoria. “Já estamos em diálogo com outros sindicatos, começando pela própria universidade, com a APTA-FURG, DCE, assim como outros

sindicatos da área da educação, entre eles o SINPRO, SINTERG e CNTE, porque não faz sentido uma luta isolada. Temos que trabalhar junto com as outras categorias dentro e fora da FURG e do IFRS”, destacou Engelke.

Por fim, Cristiano explicou que a APROFURG precisa melhorar a sua atuação dentro do ANDES-SN, adotando uma postura mais pró-ativa junto ao sindicato nacional da categoria. “Devemos melhorar a nossa atuação dentro do ANDES-SN, além de ter um papel mais atuante, e uma participação mais efetiva. Temos que passar a ser protagonistas dentro das atividades do ANDES. Em razão disso, nós compusemos essa chapa e somos um grupo que surge e que se aproxima justamente já participando a partir da base como oposição. Nesse sentido, buscamos criar e reforçar os grupos de trabalho já existentes, participando mais e nos articulando”, finalizou o professor.

A assembleia de posse da nova diretoria está marcada para o dia 06 de junho, na sede da APROFURG, com horário ainda a ser definido.





NÚMEROS OFICIAIS DA APURAÇÃO APROFURG

CHAPA 1 - "DEMOCRACIA EM MOVIMENTO" - 139 VOTOS - 91%
BRANCOS E NULOS - 14 VOTOS - 9%
TOTAL DE 153 VOTOS

NÚMEROS OFICIAIS DA APURAÇÃO ANDES-SN

CHAPA 1 - "ANDES AUTÔNOMO E DE LUTA" - 65 VOTOS - 42%
CHAPA 2 - "RENOVA ANDES" - 74 VOTOS - 48%
BRANCOS E NULOS - 14 VOTOS - 10%
TOTAL DE 153 VOTOS

CHAPA 1 VENCE A ELEIÇÃO PARA DIRETORIA DO ANDES-SN BIÊNIO 2018/2020

Conforme divulgado pela Comissão Eleitoral nessa terça (15), a "Chapa 1 – ANDES Autônomo e de Luta" conquistou 51,71% do total de votos

A Comissão Eleitoral Central (CEC) divulgou no dia 15 de maio, o resultado final da computação dos votos da eleição para a nova diretoria do ANDES-SN, que estará à frente do Sindicato Nacional durante o biênio 2018-2020. A Chapa 1 "ANDES Autônomo e de Luta" foi eleita com 51,71% dos votos dos eleitores que compareceram às urnas de todo o país, nos dias 9 e 10 de maio.

A votação ocorreu, através de voto direto e secreto, nas secretarias regionais e em 99 seções sindicais do Sindicato Nacional em todo o país. Do total de docentes aptos a votar (69.152), 24,42% compareceram às urnas, ou seja, foram 16.887 votantes. Desses, 8.732 (51,71%) votaram na chapa 1; 7.215 (42,73%) na chapa 2; 481 (2,85%) em branco; e 459 foram votos nulos (2,72%). Confira o mapa da apuração na planilha da



Circular nº 31/CEC/18.

Segundo Alexandre Galvão Carvalho, presidente da Comissão Eleitoral Central (CEC), a participação de duas chapas e o envolvimento dos docentes no pleito eleitoral mostram que o ANDES-SN é um espaço democrático e o re-

presentante legítimo da categoria docente. "Depois de muitos anos tivemos duas chapas concorrendo às eleições do ANDES-SN e uma grande participação das seções sindicais. O Sindicato Nacional sai fortalecido depois desse processo eleitoral para as lutas vindouras,

na medida em que a eleição envolveu toda a categoria, que se envolveu no processo, com a campanha, apresentou o seu projeto, e o maior saldo da eleição é que o ANDES-SN sai fortalecido e municiado para enfrentar essa conjuntura de profundos ataques", disse.

CRONOGRAMA

Após a divulgação do resultado final da computação final dos votos nesta terça (15), é dado um prazo de 24 horas para que os representantes das chapas ou candidatos apresentem recursos, conforme Art. 49 do Regimento. Caso não sejam apresentados recursos, a promulgação do resultado sairá no dia 16 de maio.

A posse da nova diretoria eleita ocorrerá em Fortaleza (CE), durante o 63º Conad, que inicia no dia 28 de junho.



Rodrigo Santos de Oliveira

Professor dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História ICHI/FURG. Doutor em História. Escreve mensalmente no Pó de Giz.

Copa de 2018: onde estão as camisetas da CBF?

Estamos a menos de um mês do início da Copa do Mundo e não vejo camisetas da CBF pelas ruas. Este é um fato peculiar para aquele que se considera “o país do futebol” ou “a pátria de chuteiras”. Onde estão as camisetas da CBF? Esse é um fenômeno estranho, pois, desde que eu me entendo por gente, esse é o período do nacionalismo futebolístico ao extremo: “somos um só coração”. Tenho lembranças claras dos períodos que antecediam o evento e a realização das copas de 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Em todas essas copas as ruas estavam verdes e amarelas com grande entusiasmo popular, e o comércio “bombando”. Hoje não observamos esse mesmo ímpeto. Para tentar compreender o que aconteceu com as camisetas da CBF, vou buscar subsídios no passado recente.

Em 2007 o Brasil estava no auge do Lulopetismo e o país crescia de “vento em popa”. Lula estava no início do seu segundo mandato com um prestígio altíssimo e com uma taxa de aprovação de 55% (chegaria a 70% em 2010). Trazer a Copa de 2014 para o Brasil era uma jogada e tanto de marketing: seria a coroação do modelo político e econômico iniciado em 2003, traria mais prestígio e ainda garantiria que o sucessor de Lula em 2010 também colheria os frutos de uma jogada política que parecia ser de mestre.

No entanto, em 2008 ocorreu a crise que arrasou as economias mundiais – a maior desde a de 1929. Embora o Brasil tenha passado quase que incólume, o auge da depressão – entre os anos de 2008 e 2010 – acabou surtindo alguns efeitos. A mídia que entre os anos de 2003 e 2010 não teve forças para eclipsar o prestígio pessoal de Lula obtido através de um grande êxito político e econômico – interno e externo – não conseguiu obter sucesso em qualquer campanha difamatória. Todas as “balas de prata” da mídia não passavam de gravetos atirados ao vento que sequer chegavam perto de Lula.

Sua sucessora, Dilma Rousseff, herdou o prestígio de Lula e seguiu sem grandes percalços – para desespero da grande mídia. A primeira vitória contra o Lulopetismo por parte da mídia foi ocorrer apenas na segunda metade do governo Dilma, nas chamadas Jornadas de Junho de 2013. Até então, Dilma fazia um governo estável, conseguindo resistir aos efeitos da crise de 2008, mas foi arrastada pelo bordão do “Não é por vinte centavos”. A mídia televisionava tudo com grande entusiasmo, e um movimento em uma grande luta nacionalista contra a “corrupção”. Problemas vinculados a questões locais (municipais e regionais) foram transformadas em problemas da União (federal) e críticas ao Legislativo foram transferidas para o

Executivo.

Em um passe de mágica, Dilma que batia recordes de popularidade – em março de 2012 tinha um recorde de 79% de aprovação, superando inclusive Lula – passou a ser sangrada no segundo semestre de 2013. O objetivo era simples: desestabilizar Dilma Rousseff até as eleições do ano seguinte, garantindo a possibilidade de vitória pela primeira vez desde FHC para o candidato tucano – Aécio Neves. A estratégia foi certa, e os 79% de aprovação em março de 2012 caíram para 31% em junho de 2014.

Nesse meio tempo, a Copa do Mundo de 2014, idealizada para coroar a grande vitória do Lulopetismo, dos governos petistas e garantir a reeleição da sucessora de Lula, foi exatamente o contrário: uma arma para atacar o Lulopetismo, os governos petistas e impedir a reeleição de Dilma. Ao contrário do paraíso que se prometia com a modernização de cidades para atender a Copa do Mundo, o que se observou foram obras que não foram entregues em tempo por problemas de duas ordens: de um lado falta de capital advindo dos efeitos da crise de 2008 e do outro de uma péssima administração dos recursos investidos (tanto públicos como privados).

Do laboratório das Jornadas de Junho de 2013, a grande mídia oposicionista percebeu que o elemento “verdeamarelo” foi o que teve um maior impacto e conseguiu congregiar diversos setores sociais descontentes. O descontentamento, em realidade, vinha mais do ódio de classe por parte dos setores médios e altos da sociedade por todas as conquistas sociais dos governos petistas: pobres tendo acesso à cultura, educação, saúde e dignidade, podendo ascender socialmente no modo de governo reformista do PT. Sim, o ódio contra os governos do PT não se deu pelos seus erros, mas pelos seus acertos: ao reformar o capitalismo tupiniquim, inseriram milhões de pessoas no mercado, dando a elas pela primeira vez as condições de ascenderem socialmente, tanto pelo estudo como pelo empreendedorismo.

Assim, os excluídos passaram a sonhar com seu lugar ao sol. Milhares de pessoas carentes passaram a frequentar as universidades: até então um luxo para poucos. No espaço de dez anos, 50% das pequenas e médias empresas eram de afrodescendentes. A diversidade de gênero e sexual passou a ser respeitada e grupos feministas e LGBT passaram a lutar por sua visibilidade.

Do ponto de vista econômico, o PT rompeu com a velha máxima de o Brasil ser um grande exportador de commodities, apostando violentamente em industrialização, conseguindo o feito histórico de atingir 50% de produtos industrializados sendo exportados. Também diversificou os

parceiros comerciais: se outrora os Estados Unidos eram os parceiros que recebiam mais de 80% dos nossos produtos primários, com os governos petistas o Brasil diversificou suas parcerias comerciais, dando importância ao comércio com o Mercosul, com os continentes europeu, africano e asiático e ainda apostando nos BRICS como uma forma de independência. Desta forma, nenhum parceiro comercial ficou com mais de 10% do comércio com o Brasil: rompeu-se com a histórica dependência bilateral do Brasil com grandes potências (século XIX tendo a Inglaterra como parceiro mais importante e os EUA no XX) e dando maior capacidade de articulação econômica.

A partir disso, a mídia passou a congregiar todo o ódio de classe, racial, de gênero e sexual como forma de unificar os setores conservadores descontentes com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O “espírito verdeamarelo” tomou conta dos setores médios e altos da sociedade. Um nacionalismo ao inverso foi adotado: todo o discurso de desenvolvimento nacional e todas as práticas de estado de bem estar social passaram a ser vistos como coisa de petralha e corrupção, enquanto a desnacionalização, o enfraquecimento do estado, privatização de patrimônio público e desestruturização da autonomia nacional passaram a ser vistos como benéficos.

Os antigos discursos da Guerra Fria da luta contra o comunismo foram recauchutados. O conservadorismo mais chulo e radical atrelado a um discurso neoliberal passou a ser a base de tudo. Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino – outrora figuras caricatas – passaram a congregiar milhares de seguidores.

Com isso, a Copa de 2014 foi uma verdadeira batalha entre as forças “verdeamarelas” e “petralhas”. Os estádios enchiam de torcedores que queriam acima de tudo demonstrar seu descontentamento com o governo Dilma Rousseff. Claro, com os preços dos ingressos e das camisetas da CBF extremamente altos, apenas os setores médios e altos podiam pagar para entrar nos estádios, enquanto os pobres que apoiavam o governo não conseguiram bancar.

O nacionalismo ao inverso comemorou a derrota humilhante do Brasil para a Alemanha com os 7 a 1, pois simbolicamente representava a humilhação de todo o Lulopetismo que lutou tanto para trazer a Copa para o Brasil. E desse evento surgiu a identidade da camiseta da CBF com os setores médios: uma camiseta da seleção brasileira equivale a metade de um salário mínimo enquanto mais de 50% da população vive com menos de um salário mínimo por mês. Ou seja, são poucos brasileiros que conseguem comprar uma camiseta oficial da CBF sem comprometer sua própria

sobrevivência. A camiseta da CBF se tornou um símbolo verdeamarelo e que excluía os pobres.

Apesar do fracasso na Copa do Mundo e de todo discurso de fúria da mídia e o ódio das classes médias e altas, Dilma Rousseff obteve a reeleição em 2014 (com 51,64% dos votos válidos contra 48,36% do candidato tucano Aécio Neves). A base para a vitória de Dilma foi exatamente os setores que historicamente foram os mais ignorados pelas políticas públicas, principalmente no Nordeste, os quais se valeram amplamente das políticas de inclusão social e redistribuição de renda dos governos petistas.

Mas a vitória teve pouco tempo de comemoração, pois 2015 foi um ano de violento combate por parte da mídia e dos setores conservadores ao governo Dilma. Um verdadeiro *lockdown* foi aplicado em seu governo no Congresso Nacional. Uma verdadeira crise política foi instaurada, gerando uma grave crise econômica. Ao invés de lutar para estancar a crise, o Congresso Nacional fez o oposto: usou todos os mecanismos possíveis para impedir que o Executivo governasse. O governo Dilma foi sendo sangrado violentamente.

À frente de todo o movimento que queria a queda de Dilma estava ninguém menos que o próprio partido do vice-presidente Michel Temer. O então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, temendo cair diante da Operação Lava Jato passou a combater abertamente o governo com apoio de Michel Temer. A conspiração foi aberta. A cúpula do PMDB liderada por Temer, Cunha e Romero Jucá sabia que a Lava Jato estava no seu encaixo, pois o único partido que era blindado pelos “justiceiros” da República de Curitiba era o PSDB.

À frente do Executivo, Dilma Rousseff se negou a estancar a sangria e barrar a Lava Jato, independente que atingisse seu partido e seus aliados. Por essa razão, uniram-se os caciques de partidos atolados até o pescoço em corrupção com o partido tucano, que via há quatro eleições consecutivas o PT e seu projeto nacional-desenvolvimentista derrotar o projeto neoliberal-entreguista. Juntou-se a fome com a vontade de comer. À classe política uniram-se os setores do capital financeiro com seu discurso de Estado Mínimo. Discurso este que pode ser traduzido da seguinte forma: o Estado que assume todos os riscos, oferecendo empréstimos a juros abaixo do mercado aos poderosos e, ao mesmo tempo, que acaba com direitos trabalhistas e não cobra impostos e dívidas das grandes empresas e corporações.

Logicamente, para tocar adiante o golpe parlamentar capitaneado por Eduardo Cunha e demais comparsas, era necessária uma base de apoio popular. Dessa forma, a mídia entrou

CONTINUAÇÃO

com o apoio logístico para que grandes mobilizações populares das classes médias e altas fossem organizadas. Grupos atrelados aos interesses do grande capital surgiram, como MBL e Vem Pra Rua. Simbolicamente a FIESP criou – ou plagiou – a imagem do Pato Amarelo (com o lema “Não vou pagar o pato” ou “Chega de pagar o pato”) e congregou milhares de adeptos que tinham agendas das mais diversas, tendo como elemento central apenas o ódio ao PT e tudo o que o partido significava.

Como símbolo individual as camisetas da CBF foram amplamente utilizadas pelos “manifestantes”. Não deixava de ser um símbolo de status: quem não tinha dinheiro para comprar a camiseta da CBF podia ficar de fora. Em outras palavras, os pobres estavam excluídos, no máximo participando como babás para a elite poder participar das manifestações. As cores verdes e amarelas se tornaram o símbolo de uma massa de ódio, e qualquer coisa que tivesse a cor vermelha era alvo de violência, até mulheres grávidas e cães com roupinhas vermelhas foram agredidos por manifestantes pseudo nacionalistas.

Em 2016 Dilma Rousseff foi deposta pelo golpe parlamentar. Em seu lugar foi estabelecida uma verdadeira cleptocracia, com uma série de ministros sendo derrubados por corrupção ou nem mesmo assumindo o cargo. O

Executivo passou a gastar bilhões de reais para impedir que Michel Temer fosse destituído do cargo por corrupção. Verdadeiras leis criminosas foram sendo aprovadas acabando com direitos históricos dos trabalhadores.

O Eldorado prometido de um país livre de corrupção e com pujança econômica quando Dilma e o PT caissem não se comprovou. A crise econômica forjada para acabar com o governo Dilma cresceu como uma bola de neve e não pôde mais ser contida. O desemprego cresceu de forma exponencial e do pleno emprego no governo Dilma retrocedemos a índices de desemprego piores que os da década de 1990. Retrocedemos vinte anos em dois. Em 2012 e 2013 as taxas de desemprego eram de 5,5% e 5,7%, respectivamente. Em 2018 atingimos 13,1% de desemprego, pico superior aos piores anos desde a redemocratização em 1985 que foram os anos de 1998 e 2002 (ambos no governo FHC), com respectivamente 12% e 12,2%.

A renda do brasileiro médio caiu drasticamente, e hoje o Brasil vê resurgir no horizonte os antigos fantasmas da década de 1990 com o retorno do desemprego, do país ao mapa da fome, da mortalidade infantil, do crescimento da violência e criminalidade e da insegurança. Como forma de combate à crise, a utilização de um remédio que todos sabem que é ine-

ficaz: políticas de austeridade. Como dito, um remédio ineficaz, aplicado aos mais pobres que arcam com todo o ônus de uma política econômica desastrosa que objetiva apenas garantir a hegemonia de uma minúscula parcela da população. Não vai demorar muito para o Brasil voltar a pedir empréstimos humilhantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) – uma ironia, pois com o PT o Brasil passou a emprestar dinheiro ao FMI.

Logicamente, hoje se acredita ao PT todas as mazelas como se fosse responsável pela crise política, econômica e social. As panelas, que outrora eram batidas nas sacadas dos lares das classes médias e altas, agora se silenciam diante de todos os problemas da cleptocracia de Michel Temer e seus comparsas. Não se sabe se por vergonha ou indiferença. O que se pode aferir é que as elites estão satisfeitas: os pobres estão voltando a ficar sem esperanças e apartados de qualquer poder político e sem capacidade de mobilização, enquanto as parcelas mais ricas estão mais ricas. A classe média começa a minguar e lembrar que é proletária, e está muito mais próxima do populacho que tanto odeia do que da elite que tanto venera e da qual se considera fazer parte.

Dia a dia observa-se a diminuição do poder de compra dessa classe média que cresceu com o PT e agora está voltando ao seu lugar de origem. En-

quanto isso, as novas camisetas da CBF seguem encaçadas nas lojas a um mês da Copa do Mundo de 2018. Não se sabe qual é a explicação para esse fato. Pode ser que as pessoas tenham percebido que serviriam aos interesses das elites políticas e econômicas e não querem mais ter a vinculação com esse passado do qual participaram. Pode ser que a crise os tenha atingido em cheio e que não possuam mais meio salário mínimo para gastar em um objeto de luxo. Pode ser que o nacionalismo tupiniquim da pátria de chuteiras tenha perdido o ímpeto e que qualquer símbolo verde amarelo pode ser considerado *retrô*. Pode ser que não exista nada a comemorar ou que simplesmente não exista um inimigo no horizonte: o PT está sem candidato para 2018 com a prisão de Lula, e qualquer imagem nacionalista pode remeter ao novo medo da grande mídia – aquele fascista cujo nome não irei mencionar.

Seja como for, o comércio está apagado e as ruas não estão travestidas em verde e amarelo para atrair os consumidores. Ninguém mais bate panelas, muito menos faz dancinhas com musiquinhas contra a corrupção. Ninguém quer saber da Copa do Mundo, muito menos camisetas da CBF. Como disse o personagem Morpheus do filme *Matrix: Welcome to the desert of the real world...* (“Bem vindo ao deserto do mundo real”...).

Projeto de Lei ataca direitos à inclusão escolar das pessoas com deficiência

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 278/2016, de autoria do senador Romário (Pode-RJ), foi aprovado no início do mês na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado. O PLS altera a Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei 13.146/2015), possibilitando que até três alunos com deficiência sejam atendidos pelo profissional de apoio escolar. Além disso, o projeto prevê ainda que o profissional poderá ser contratado e pago pela família do estudante, mesmo para atuar em escolas públicas. Depois de aprovado na CDH, o texto seguiu para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) em caráter terminativo. No dia 24 de abril, o senador João Capiberibe (PSB/AP) foi nomeado relator da matéria.

A Lei Brasileira de Inclusão define três profissionais para o atendimento ao estudante com deficiência: o atendente pessoal, o acompanhante e o profissional de apoio escolar. O atendente pessoal é o indivíduo, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste nos cuidados para atividades diárias como alimentação, locomoção e higiene — mas não trata da questão escolar. O acompanhante é aquele que acompanha o aluno, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal. Já o profissional de apoio escolar, que também pode fazer a função de atendente pessoal, trata da inclusão pedagógica do aluno.

O PLS 278/2016 também amplia a

função do profissional de apoio, que terá que trabalhar, além da questão pedagógica individual do estudante, a inclusão na escola e no projeto pedagógico em caráter geral.

Além de poder atender até três alunos com deficiência, quando o ideal é que possa se dedicar a apenas um estudante, o profissional de apoio poderá ser contratado pela família, tanto para atuar em escola pública quanto privada, desobrigando o Estado dessa responsabilidade.

De acordo com Adriana Dalagassa, da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) do ANDES-SN, o projeto representa um retrocesso na LBI e na luta pela inclusão e em defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

“Esse projeto vem retirar direitos das pessoas com deficiência em relação à sua escolarização, visto que o projeto propõe que a contratação de tutores e professores para acompanhamento ficaria a cargo dos pais do estudante. Isso mostra nitidamente a questão do descompromisso do Estado com relação às pessoas com deficiência e sua escolaridade. Outro ponto é a mercantilização da educação, via contratação particular, enquanto que o Estado é responsável pela educação e contratação dos profissionais, por disponibilizar professores e tutores. Isso é responsabilidade do Estado e não da família”, comenta Dalagassa.

A diretora do Sindicato Nacional

aponta ainda outro ataque contido no projeto, ao ampliar para três a quantidade de estudantes atendidos pelo profissional de apoio. “Esse PLS precariza ainda mais o trabalho desses profissionais, pois ele não consegue dar o apoio necessário para aquele aluno com deficiência, visto que muitas vezes a deficiência de um estudante é diferente da de outro. Ou seja, além do aluno não conseguir ter o acompanhamento necessário, abre espaço para uma maior sobrecarga desse professor”, completa Adriana, acrescentando que o ANDES-SN atuará para barrar a tramitação do projeto.

Na última reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN, os docentes aprovaram uma moção criticando as alterações propostas no PLS. Confira aqui o relatório da reunião e o texto da moção. A moção denuncia que o projeto representa um retrocesso aos direitos à inclusão escolar das pessoas com deficiência, previstos na Lei Brasileira de Inclusão (LBI — Lei 13.146/2015), ao propor a possibilidade de pagamento de professores (as) de apoio pelas fa-



mílias de estudantes com deficiência e desobrigar que o Estado e as escolas particulares cumpram seu papel na Educação Inclusiva. Mais ainda, o projeto propõe que cada professor (a) de apoio atenda até três estudantes com deficiência. Para uma educação de qualidade e inclusiva, tendo como princípio o direito ao acesso e a acessibilidade aos bens culturais, pedagógicos, educacionais, atender três estudantes é colocar o(a) professor(a) em precárias condições de trabalho e o(a) estudante sem o direito ao acesso à educação inclusiva e de qualidade.

Fonte: ANDES-SN

AROMATERAPIA E AS emoções

A aromaterapia consiste na utilização controlada e consciente dos óleos essenciais (OE) das plantas, com o objetivo de prover saúde e bem-estar à totalidade do indivíduo, isto é, ao conjunto formado por corpo, mente e espírito.

Muito embora nos seja fácil explicar e olhar a saúde corporal, o mesmo não ocorre com a saúde mental, apesar de ambas estarem intimamente ligadas. Mente e espírito são capazes de afetar o corpo físico através das emoções, tanto para a saúde como para a doença.

As emoções prejudiciais à saúde podem ser aliviadas e confortadas com o uso dos OE. Apesar de muitas pessoas acreditarem que a aromaterapia seja somente "uma massagem que se vale de óleos", essa é uma definição estreita, restritiva e incompleta, pois se fosse verdadeira, quem não dominasse a técnica de aplicação de massagens se veria incapacitado a usar na sua casa, de várias maneiras simples e efetivas os maravilhosos extratos voláteis das plantas.

Agrupando as Emoções

Emoções Primárias e Secundárias

O sofrimento, o medo, a raiva, a culpa e a inveja são emoções geralmente consideradas como primárias. Nas emoções secundárias estão incluídas a apatia, a melancolia, a confusão, a timidez, a inferioridade, entre outras.

Emoções Prazerosas e Desagradáveis

Cada um de nós carrega consigo a

sua própria noção sobre as diferentes emoções de prazer e desprazer. A maioria deseja vivenciar apenas a felicidade, o carinho, a segurança, e sentir-se confortável o tempo todo. Enquanto alguns adicionam nessa lista um pouco mais de tolerância, ambição, excitação, paciência, fé e amor das outras pessoas, outros não fazem o mesmo. Essa simples classificação é extremamente individual e assim, não pode ser aplicada para todas as pessoas.

Emoções Tensas e Descontraídas

As emoções prazerosas são sempre descontraídas, uma vez que são secundárias na sua grande maioria, embora isso dependa da profundidade e intensidade do sentimento. Se tomarmos a timidez como exemplo, veremos que ela não parece incomodar a quem é tímido, e alguns podem até achar que não o são. Portanto, essa atribuição é quase sempre constituída pela opinião de quem observa. O fato é que a timidez pode afetar com tal intensidade uma pessoa a ponto de ela nunca aceitar convites para festas ou encontros e de não sair bem em nenhuma entrevista profissional. Dessa forma, a timidez pode causar intensos desgastes emocionais.

Emoções Produtivas e Destrutivas

Produtivo e destrutivo são denominações geralmente usadas no contexto do aconselhamento terapêutico quando se fala a respeito de emoções.

Além de serem extremamente amigáveis, as emoções produtivas são aquelas que produzem ou geram sentimentos positivos em determinadas situações, tanto em nós como nos outros, ao passo que as emoções destrutivas são aquelas que provocam um efeito negativo ou hostil, que pode nos destruir (emocionalmente e às vezes fisicamente), como devastar a quem estiver envolvido emocionalmente conosco.

As emoções produtivas (ou positivas) incluem o amor, a alegria, a felicidade, a paz, a esperança, a paciência, a gratidão, o carinho, o entusiasmo, a confiança, a tolerância, a segurança. São primariamente construtivas, sendo portanto benéficas para o bem-estar do indivíduo.

As emoções destrutivas (ou negativas) incluem o egoísmo, a raiva, a ganância, o medo, o pesar, entre outros. São principalmente dolorosas e danosas para quem as cultiva. A sua expressão termina por ser danosa para todos os envolvidos.

O Efeito dos Aromas sobre os Níveis Cerebrais

Manjericão, alecrim, pimenta do reino e cardamomo induzem padrões predominantemente Beta, os quais estão associados com a atenção e o estado de alerta.

A flor de laranjeira, jasmim e rosa induzem a variedade dos níveis mais baixos da atividade cerebral, ou seja, o Alfa, indicando um estado mental agradavelmente tranquilo e o Teta, indicando um estado mental próximo do sonho, com lampejos intuitivos.

Profa. Dra. Enfa. Marlene Teda Pelzer
Escola de Enfermagem

Óleos Essenciais Analgésicos

Anis, pimenta do reino, coentro, erva doce, gerânio, zimbro, manjerona, noz moscada, sálvia, olíbano, lavanda, niaouli, alecrim, hortelã pimenta, eucalipto, manjericão.

Óleos Essenciais Anti-inflamatórios

Manjericão, erva doce, lavanda, laranja, alecrim, pinho, gerânio, zimbro, olíbano, patchuli, niaouli, rosa, limão, camomila.

Óleos Essenciais Cicatrizantes

Bergamota, camomila, gerânio, limão, rosa, sálvia, cedro, cravo da Índia, olíbano, lavanda, alecrim, patchuli.

Óleos Essenciais Estimulantes da Mente

Cravo da Índia, hortelã pimenta, alecrim.

Óleos Essenciais Relaxantes, Sedativos

Anis, bergamota, camomila, gerânio, lavanda, tangerina, neroli, cípreste, ylang-ylang, manjericão, zimbro, limão, melissa, laranja, sândalo.

Métodos de Uso

Inalação - trata-se do método mais rápido, porque nele são utilizadas as vias do cérebro e dos pulmões, as duas vias principais. Este é o método mais eficiente para o uso dos OE que ajudam a aliviar ou liberar as emoções.

Aplicação na pele - é um método mais lento, mas valiosíssimo quando o relaxamento corporal é de suma importância.

A FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO É MOTIVO SUFICIENTE PARA IMPEDIR A PROGRESSÃO NA CARREIRA

Os professores do Magistério Federal ascendem na carreira através de progressões e promoções.

Progressões se dão pelo cumprimento do interstício de 24 meses e aprovação em avaliação de desempenho (obtenção da pontuação mínima exigida para cada classe) através dos RAD's.

Já as promoções se dão pela troca de classes (de auxiliar para assistente, de assistente para adjunto, de adjunto para associado), por obtenção de títulos e etc.

A Universidade Federal do Rio Grande exige para progredir/promover o docente o PRÉVIO requerimento administrativo, para que só então o professor passe para o nível/classe seguinte.

Entretanto, tem-se construído judicialmente o entendimento de que o pedido administrativo não é requisito essencial à progressão na carreira, devendo a progressão

ser contada a partir do preenchimento dos requisitos tempo e pontuação, mesmo que o pedido não tenha sido feito.

Exemplo:

. O professor que progrediu para a classe de Associado, Nível I, em dezembro de 2013;

. No mês de dezembro de 2015 completou interstício de 24 meses, bem como obteve a pontuação mínima para progredir para Associado, Nível II (atualmente 90 pontos).

. Entretanto, só requereu a progressão em dezembro de 2017, quando já deveria na verdade requerer a progressão para a mesma Classe de Associado, mas ao Nível III, visto que preencheu outro interstício de 24 meses.

. A FURG não concede duas progressões de

uma só vez.

. No entanto, isto pode ser corrigido na via judicial, uma vez que o servidor, à época, preencheu todos os requisitos para progredir (cumprimento do interstício de 24 meses e alcance da pontuação mínima na avaliação dos RAD's). Faltou, somente, o requerimento administrativo.

Os processos judiciais, entretanto, são demorados. No caso, o melhor remédio para este problema, é ficar atento e fazer o pedido administrativo de progressão até mesmo antes de completados os 24 meses.

Para maiores informações a assessoria jurídica da APROFURG atende na sede do sindicato nas terças e quintas pela manhã e nas quartas à tarde no IFRS, na sala 114, ao lado da Biblioteca.